

SUMÁRIO

NEWTON DE LUCCA

Capítulo 1

Aspectos Atuais da Proteção aos Consumidores no Âmbito dos Contratos Informáticos e Telemáticos, 25

1 O advento da sociedade digital e a proteção aos consumidores	26
2 As declarações de vontade e suas implicações jurídicas	38
3 O instituto da oferta e a noção de oferta eletrônica	45
4 A noção de comércio eletrônico	51
5 A proteção ao consumidor no âmbito da internet	54
6 Os contratos telemáticos celebrados pelos bancos com os seus clientes, a proteção ao consumidor internauta e a questão dos chamados riscos de desenvolvimento	58
Bibliografia	73

ADALBERTO SIMÃO FILHO

Do Contrato de Concessão para Serviços de Telecomunicações à Telefonia IP-VOIP: Reflexos nos Direitos Transindividuais, 77

Introdução	78
1 Contrato de concessão – Natureza jurídica	79
2 Princípios jurídicos aplicáveis ao contrato de concessão	82
3 Obrigações legais-regulamentares e contratuais das concessionárias do STFC	88
3.1. Deveres da agência	89
3.2. Deveres para com os consumidores	99
3.3. Deveres para com os competidores	102
3.4. Deveres para com a proteção da ordem econômica	106
4. O sistema de telefonia IP-VOIP	108
4.1. O Mercado de Telefonia IP e sua Regulação	109
5 Os Direitos Transindividuais dos Consumidores	110
6 Conclusão	113
Bibliografia	116

ALESSANDRA DE AZEVEDO DOMINGUES

Capítulo 3

Formatos e Classificações da Publicidade Eletrônica e seus Controles Legais:
licitudes e ilicitudes, 117

Introdução	117
1. Noções Conceituais da Publicidade Comercial	118
1.1. <i>Confusões Terminológicas com Figuras Afins</i>	126
2. Internet: a nova mídia	130
3. Diplomas Legais que Regem a Publicidade no Direito Brasileiro	132
3.1. <i>Os Princípios Informadores da Publicidade Comercial</i>	136
3.2. <i>Limites e Controles Legais</i>	143
3.3. <i>Aplicabilidade à Publicidade Eletrônica</i>	145
4. Formatos da Publicidade Eletrônica	148
4.1. <i>Formatos Publicitários na Web</i>	149
4.1.1. <i>Sites e Micro-Sites</i>	149
4.1.2. <i>Links</i>	149
4.1.3. <i>Banners</i>	150
4.1.4. <i>Pop-Ups</i>	150
4.1.5. <i>Outros Exemplos</i>	150
4.2. <i>Formatos Publicitários por E-Mail</i>	151
4.2.1. <i>Patrocínio</i>	152
4.2.2. <i>E-Mail Direto</i>	152
4.2.3. <i>Outros Exemplos</i>	153
5. Classificação Publicitária	154
5.1. <i>Segundo o Objeto</i>	154
5.1.1. <i>Institucional</i>	154
5.1.2. <i>Promocional</i>	155
5.2. <i>Segundo a Mensagem</i>	155
5.2.1. <i>Comparativa</i>	155

5.2.2. Oculta e Dissimulada	158
5.2.3. Desfundamentada	160
5.2.4. Enganosa	160
5.2.5. Abusiva	161
6 Licitudes e Illicitudes da Publicidade Eletrônica	162
Bibliografia	168

ALEXANDRE JEAN DAOUN

Capítulo 4

Crimes Informáticos e o Papel do Direito Penal na Tecnologia da Informação, 173

Introdução	173
1 Aplicação do direito penal e direito processual penal nas relações do ambiente virtual. Necessidade e eficácia.	176
2 Aplicação da legislação penal vigente	179
3 Conclusão	182
Bibliografia	183

CARLOS ALBERTO SOTO COAGUILA

Capítulo 5

O Comércio Eletrônico no Direito Peruano, 185

Introdução	185
1 A Manifestação ou Declaração de Vontade através de Meios Eletrônicos	187
2 A Contratação Eletrônica	192
3 A Segurança na Contratação Eletrônica	196
3.1. Assinatura Digital	197
3.2. Entidades Certificadoras e de Registro	198
3.3. Certificados Digitais	198
4 Os Delitos Informáticos	199
5 Conclusão	202
Bibliografia	204

CARLOS MOTTA

Capítulo 6

Princípios da Proteção Negocial e Jurídica para
Empreendedores em Tecnologia, 205

Introdução	205
1 Obstáculos Brasileiros	207
2 Atribuições Essenciais para um Empreendedor em Tecnologia	210
3. O Início – As Idéias	211
3.1. <i>Proteção negocial e contratual para idéias</i>	213
3.1.1. <i>Sigilo</i>	213
3.1.2. <i>Contrato de Confidencialidade</i>	214
3.1.3. <i>Contrato de Não-Concorrência</i>	216
3.1.4. <i>Term Sheet</i>	216
4. Proteção Legal	218
4.1. <i>Conceito de propriedade intelectual e propriedade industrial</i>	218
4.1.1. <i>Constituição Brasileira</i>	219
4.1.2. <i>Lei da Propriedade Intelectual</i>	219
4.1.3. <i>Lei da Propriedade Industrial</i>	221
4.1.4. <i>Lei do Software</i>	222
4.1.5. <i>Nomes de Domínio</i>	223
5. Tipos Societários Apropriados para Empresas de Tecnologia	225
5.1. <i>Sociedade Limitada</i>	227
5.1.1. <i>Regime legal aplicável</i>	228
5.1.2. <i>Quotas</i>	228
5.1.3. <i>Responsabilidade dos Sócios</i>	229
5.1.4. <i>Administração da Sociedade Limitada</i>	229
5.2. <i>Sociedade por Ações</i>	230
5.2.1. <i>Ações</i>	231
5.2.2. <i>Responsabilidade dos acionistas</i>	232
5.2.3. <i>Administração nas sociedades por ações</i>	232

6. Investidores	234
6.1. <i>Capital de risco</i>	235
6.2. <i>Características Básicas dos Investidores - Lucro</i>	235
6.3. <i>Principais Tipos de Investidores</i>	236
6.3.1. <i>Seed (Semente)</i>	236
6.3.2. <i>Start-up – Angel Investor</i>	237
6.3.3. <i>Early Stage – Venture Capital</i>	238
6.3.4. <i>Later Stage – Private Equity</i>	240
6.3.5. <i>Mezanino – Private Equity</i>	241
6.4. <i>Processo de Due Diligence</i>	241
7. <i>Vantagens entre o Capital de Risco e Instrumentos de Dívida</i>	243
7.1. <i>Capital de Risco</i>	243
7.2. <i>Instrumentos de Dívida</i>	244
8 <i>Por que um Empreendedor Precisa de Investidores?</i>	245
9 <i>Business Plan</i>	247
10 <i>Conclusão</i>	250
<i>Bibliografia</i>	252
<i>Sítios da Internet</i>	252

DANILO DONEDA

Capítulo 7

Perspectivas para o Combate ao *Spam*, 255

Introdução	255
1 Origem e Terminologia	256
2 Aspectos Técnicos	260
3 Alcance e Estrutura	263
4 Qualificação Jurídica	266
5 Experiência Estrangeira	267
6 Alternativas de Soluções	269
7 Conclusão	274
<i>Bibliografia</i>	275

IVO TEIXEIRA GICO JUNIOR

Capítulo 8

Responsabilidade Civil dos Robôs?

Normas Sociais de Controle dos Agentes Eletrônicos, 277

Introdução	278
1 Definição de Robô	280
2 Programas-robôs ou Agentes Eletrônicos	281
3 Tipos de Programas-robôs	285
4 Regulação dos Programas-robôs	287
4.1. Normas Fundamentais de Conduta – Os Mandamentos de Asimov	287
4.2. Normas Morais de Condutas ou Costume – Padrões de Exclusão de Robôs	288
4.3. Intercâmbio Eletrônico de Dados – EDI	289
4.4. Legislação sobre Robôs no Direito Comparado	291
4.4.1. A Legislação Canadense	292
4.4.2. A Legislação Norte-Americana	292
4.4.2.1. UETA	293
4.4.2.2. E-SIGN	294
4.4.2.3. UCITA	295
5 Conclusões	296
Bibliografia	298
Filmes Citados	299
Artigos eletrônicos e sites consultados	299

JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO

Capítulo 9

Conteúdos ilícitos na *internet*: uma resposta original da lei portuguesa, 301

1 Um desafio a enfrentar	301
2 Algumas tentativas de reação legal	302
3 <i>Notice and take down</i>	303
4 A lei portuguesa e a situação do provedor intermediário de serviços	305

5 Traços característicos do regime	306
6 A entidade de supervisão	308
7 Fundamento do sistema	309
8 A legitimação activa	311
9 A constitucionalidade	312
10 Questões resolvidas	313
11 Questões em aberto no plano interno	314
12 O plano internacional	317
Bibliografia	318

LEONARDO GONÇALVES TESSLER

Capítulo 10

Lineamentos para uma Tutela Jurídica da Obra criada por Computador, 319

Introdução	319
1 Delimitação do Objeto do Estudo	321
2 A proteção da obra criada por computador em outros países	321
3 O critério da previsibilidade da obra criada por computador	322
4 A obra criada por computador e direito autoral	323
4.1. <i>A tentativa de inclusão da obra criada por computador no direito autoral por atribuição de autoria</i>	323
4.2. <i>A originalidade como motivo de exclusão da tutela do direito autoral</i>	324
4.3. <i>A possibilidade de uma atribuição de tutela meramente patrimonial pelo direito autoral</i>	325
4.3.1. <i>Um direito autoral sem direito moral?</i>	325
4.3.2. <i>Presunções Legais e Exercício de Direitos Patrimoniais de Autor</i>	327
5. A proposta de uma tutela patrimonial para as obras criadas por computador	329
5.1. <i>A lacuna e o direito como sistema</i>	329
5.2. <i>O direito de exclusivo</i>	329
5.3. <i>O recurso da analogia</i>	330
5.3.1. <i>A ocupação e a tutela jurídica das obras criadas por computador</i>	331

6 Conclusão	332
Bibliografia	333

LUIZ FABRÍCIO THAUMATURGO VERGUEIRO

Capítulo 11

Internet e seus reflexos estruturais no Direito Processual, 335

Introdução	335
1 A <i>Internet</i> no ambiente forense	336
2. Regime jurídico do serviço público	339
2.1. <i>Regime Disciplinar do Servidor Público</i>	340
3. Análise Crítica de Dispositivos da Lei nº 11.419/2006	346
3.1. <i>Tramitação de peças processuais e o conceito de documento</i>	346
4 Conclusões	351
Bibliografia	353

MANOEL J. PEREIRA DOS SANTOS

Capítulo 12

Princípios para Formação de um Regime de Dados Pessoais, 355

Introdução	355
1 Conceito e categorias de dados pessoais	357
2. Princípios fundamentais no tratamento de dados pessoais	360
2.1. Princípios relativos à legitimidade do tratamento dos dados	360
(a) Princípio da transparência ou da publicidade	360
(b) Princípio da informação	362
(c) Princípio da finalidade	353
(d) Princípio da licitude e da lealdade	354
2.2. Princípios relativos à qualidade dos dados	355
(a) Princípio da proporcionalidade ou pertinência	365
(b) Princípio da exatidão dos dados	366
(c) Princípio da confidencialidade e da segurança	367
(d) Princípio da temporalidade do uso	367

3 Aplicação dos princípios gerais no direito nacional	368
4 Conclusões	373
Bibliografia	374

MARCEL LEONARDI

Capítulo 13

Controle de Conteúdos na Internet: filtros, censura, bloqueio e tutela, 377

Introdução	377
1 Mecanismos tecnológicos de controle de conteúdos na <i>Internet</i>	378
2 <i>Internet</i> , filtros e censura: a situação global atual	385
3 Controle de conteúdos na <i>Internet</i> e tutela jurisdicional	391
4 Conclusões	400
Bibliografia	401

MARIA EUGÊNIA FINKELSTEIN

Capítulo 14

Fraude Eletrônica, 403

Introdução	403
1. A Internet	406
1.1. <i>A Internet no Brasil</i>	408
2 Crimes informáticos	409
3. O oferecimento de serviços bancários pela rede e a fraude eletrônica	414
3.1. <i>Documento Eletrônico como meio de prova</i>	419
3.2. <i>Dificuldade do rastreamento dos infratores</i>	421
3.3. <i>Falta de aparelhamento da polícia</i>	422
3.4. <i>Aparente sensação de impunidade pelos infratores</i>	425
3.5. <i>Falta de armazenamento das informações</i>	426
3.6. <i>Falta de regulamentação específica</i>	427
4. Iniciativas internacionais relativas a crimes eletrônicos em sentido amplo	429
4.1. <i>Comunidade Européia</i>	430
4.2. <i>Alguns países que já legislaram sobre crimes informáticos</i>	431

5. Iniciativas legislativas brasileiras sobre os crimes informáticos	433
5.1. <i>Projetos de Lei sobre crimes informáticos</i>	433
5.2. <i>Iniciativas Ministeriais</i>	434
5.3. <i>Projeto de Lei nº 89/03</i>	434
5.4. <i>Projeto de Lei nº 124</i>	436
6 Conclusão	437
Bibliografia	440

MARISTELA BASSO & FABRÍCIO POLIDO

Capítulo 15

Jurisdição e Lei Aplicável na *Internet*: Adjudicando litígios de violação de direitos da personalidade e as redes de relacionamento social, 441

Introdução	442
1. Redes de relacionamentos sociais na <i>internet</i> e ilícitos de violação de direitos da personalidade	446
1.1. <i>Aspectos das redes de relacionamento social e sua estabilização no espaço virtual</i>	446
1.2. <i>O caso das redes de relacionamento social de Internet no contexto brasileiro: o caso Orkut/Google</i>	452
1.3. <i>A insustentabilidade do anonimato e as identidades virtuais em redes de relacionamento social</i>	459
1.4. <i>Ilícitos de violação de direitos da personalidade na Internet</i>	461
2. Aspectos da competência internacional do juiz nacional e litígios de <i>internet</i>	463
2.1. <i>Algumas distinções necessárias sobre a competência internacional do juiz</i>	463
2.2. <i>Jurisdição na internet e violação de direitos da personalidade</i>	465
2.3. <i>Competência internacional, litígios de internet e o direito brasileiro</i>	469
3 Aspectos da lei aplicável aos ilícitos de violação transfronteiriça de direitos da personalidade	470
3.1. <i>Obrigações delituais no Direito Internacional Privado e qualificação dos atos de violação de direitos da personalidade</i>	470
3.2. <i>Das regras de conexão aplicáveis à matéria delitual no DIPr</i>	472

3.3. <i>Insuficiência da abordagem da lex loci delicti para lei aplicável aos ilícitos no espaço virtual</i>	473
3.4. <i>Reavaliação das regras de conexão em obrigações delituais e a internet</i>	477
4 Recente prática jurisprudencial brasileira e violação de direitos da personalidade na <i>internet</i>	481
5 Conclusões: Por uma reavaliação das redes de relacionamento social na <i>internet</i> e a função do direito internacional privado	486
Bibliografia	488

PATRICIA PECK PINHEIRO

Capítulo 16

Contratos de Terceirização em TI – Boas Práticas de Direito Digital, 491

Introdução	491
1 Principais Aspectos Legais	493
2 A Gestão de Risco através da minuta	497
4 Outras Questões que devem ser observadas em cláusulas específicas	499
5 Principais Boas Práticas e Conclusão	501
Bibliografia	504

PAULA FORGIONI

Capítulo 17

Nome de domínio e título de estabelecimento:

Nova função para um antigo instituto, 507

Introdução: direito comercial e prática dos comerciantes	507
1 Sinais distintivos e mercado	508
2 Função econômica dos sinais distintivos	510
3 Título de estabelecimento – Definição	512
4 <i>Internet</i> , estabelecimentos virtuais e títulos de estabelecimento virtuais	513
5 O nome de domínio e sua proteção	516
Bibliografia	518

RICARDO BARRETTO FERREIRA DA SILVA & JOSÉ LEÇA

Capítulo 18

Certificação Eletrônica: uma avaliação comparativa da regulamentação no Brasil e na Comunidade Européia – perspectiva de admissão cruzada, 519

Introdução	520
1. Diretiva 1999/93/CE	520
1.1. Assinaturas Eletrônicas	521
1.2. Certificados	523
1.3. Efeitos jurídicos das assinaturas eletrônicas	523
1.4. Prestadoras de serviços de certificação	525
1.5. Aspectos Internacionais	527
2. MP 2.200-2, de 24.08.2001	529
2.1. Tratamento jurídico da assinatura eletrônica	530
3 Análise comparativa	536
4 Conclusão	538
Bibliografia	539

RICARDO LUIS LORENZETTI

Capítulo 19

Contratos "Eletrônicos", 541

PARTE I

A estrutura problemática do contrato eletrônico, 541

1 Problemas jurídicos	542
2 A chamada desumanização do contrato	545
3 A oferta como aparência e a aceitação como confiança no comércio eletrônico	548

PARTE II

A dogmática do contrato eletrônico, 551

1 A noção de contrato eletrônico	551
2 Aplicação das regras gerais dos contratos – diferentes hipóteses	553
3 Declarações de vontade na contratação eletrônica	554

4 Oferta e aceitação	563
5 O tempo na celebração do contrato	567
6 O contrato eletrônico não instantâneo ou celebrado entre ausentes	574
7 O lugar de celebração do contrato eletrônico	575
8 Cláusulas de prorrogação da jurisdição	577

PARTE III

Modalidades especiais, 579

1 Contratos por adesão: <i>click and wrap agreements</i>	579
2 Contratos de consumo	582
3 Contratos internacionais	582

PARTE IV

Casuística, 584

1 Celebração de um contrato mediante o uso e a adesão a condições gerais	584
2 Cláusula de prorrogação de jurisdição inserida em contratos	586
3 Medida cautelar contra um assinante do serviço de <i>e-mail</i>	591
Bibliografia	592

ROBERTO SENISE LISBOA

Capítulo 20

Quebra da Inviolabilidade de Correspondência Eletrônica por Violação da Boa-fé Objetiva, 595

1 A inviolabilidade de correspondência na <i>Internet</i>	595
2. Quando se torna possível a violação da correspondência eletrônica	600
2.1. <i>Violação da correspondência como meio de proteção de direito fundamental alheio mais relevante</i>	601
2.2. <i>Violação da correspondência como meio de proteção dos interesses difusos e coletivos</i>	605
2.3. <i>Violação da correspondência pela existência de fortes indícios de autoria de crime</i>	607
3 A exceção ao direito fundamental não o invalida.....	607
Bibliografia	610

SÍLVIA SIMÕES SOARES

Capítulo 21

Aspectos Jurídicos do Compartilhamento de Arquivos MP3 P2P
via Internet: A Experiência do Napster e as Novas Tendências
da Legislação de Copyright dos Estados Unidos, 613

Introdução	614
1 O Formato MP3	616
2. Histórico do <i>Copyright</i> nos EUA	618
2.1. <i>The Audio Home Recording Act e os Avanços da Música Digital</i>	620
2.2. <i>Sonny Bono Copyright Term Extension Act</i>	622
2.3. <i>Digital Millennium Copyright Act</i>	624
2.3.1. <i>WIPO Copyright and Performances and Phonograms Treaties Implementation Act</i>	625
2.3.2. <i>Online Copyright Infringement Liability Limitation Act</i>	627
2.4. <i>Projeto Balance Act</i>	628
3. Conceitos	629
3.1. <i>Limitações dos Direitos Exclusivos de Autor</i>	630
3.1.1. <i>Fair Use</i>	632
3.1.2. <i>First Sale Doctrine</i>	632
3.2. <i>Responsabilidade Secundária por Infração</i>	634
3.2.1. <i>Responsabilidade Contributiva, Contributory Liability</i>	634
3.2.2. <i>Responsabilidade Vicária, Vicarious Liability</i>	637
3.2.3. <i>Inducement</i>	638
4. O Caso <i>Betamax</i>	639
4.1. <i>Análise do Caso</i>	640
4.2. <i>A Argumentação da Indústria Cinematográfica</i>	641
4.3. <i>A Argumentação da Sony Corporation</i>	644
4.4. <i>A Decisão da Corte do Distrito Central da Califórnia</i>	646
4.5. <i>A Decisão da Corte de Apelações do Nono Circuito</i>	647
4.6. <i>A Decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos</i>	648

4.7. Conclusão do Caso <i>Betamax</i>	651
5. O Caso <i>A&M Records v. Napster</i>	651
5.1. <i>Análise do Caso</i>	654
5.2. <i>Argumentação da Indústria Fonográfica</i>	655
5.3. <i>A Argumentação do Napster</i>	658
5.4. <i>As Decisões da Corte do Distrito Norte da Califórnia e da Corte de Apelações do Nono Circuito</i>	660
5.5. <i>Conclusão do Caso Napster</i>	665
6. Conclusão	666
6.1. <i>Reação Social Inversa</i>	666
6.2. <i>Em Busca do Equilíbrio</i>	668
6.3. <i>Idéias Conciliadoras</i>	669
Bibliografia	671

TARCISIO TEIXEIRA

Capítulo 22

Os Interesses das Empresas e dos empregados no Uso do *E-Mail*, 677

Introdução.....	677
1 Custos e implicações para as empresas – diminuição da capacidade laboral	678
2. Poder diretivo das empresas <i>versus</i> direitos dos empregados	679
2.1. <i>Poder de direção</i>	679
2.2. <i>Privacidade e sigilo da correspondência</i>	680
2.3. <i>Monitoramento de e-mail</i>	683
2.4. <i>Jurisprudência</i>	685
3 A Responsabilidade das empresas por atos dos empregados	687
4 Conciliação entre os interesses das empresas e dos empregados	690
Bibliografia	694

TERESA PASQUINO

Capítulo 23

Serviços da Sociedade de Informação: Tutela dos Dados Pessoais e Regras de Conduta, 697

Introdução	697
1. Segurança na rede e regras de conduta	702
2. Os códigos de conduta: eficácia vinculante e grau de efetividade. Apontamentos	706
3. O Ressarcimento do Dano pela Inobservância das Obrigações de Implementação de Medidas Mínimas de Segurança	711
Bibliografia	716

NEWTON DE LUCCA
ADALBERTO SIMÃO FILHO
CÍNTIA ROSA PEREIRA DE LIMA
RENATA MOTA MACIEL
COORDENAÇÃO

DIREITO
& *INTERNET* IV

SISTEMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(De acordo com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018,
e a Lei nº 13.853, de 08 de julho de 2019, que converteu
em lei a Medida Provisória nº 869, de 27 de dezembro
de 2018)

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, primavera de 2019
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

**NEWTON DE LUCCA; ADALBERTO SIMÃO FILHO;
CÍNTIA ROSA PEREIRA DE LIMA;
RENATA MOTA MACIEL (COORDS.)**

Direito & *Internet IV: Sistema de Proteção de Dados Pessoais*

(De acordo com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e a Lei nº 13.853, de 08 de julho de 2019, que converteu em lei a Medida Provisória nº 869, de 27 de dezembro de 2018)

São Paulo: Quartier Latin, 2019.

ISBN 978-85-7674-893-9

1. *Internet* [Rede de computadores] – Leis e legislação – Brasil – I. De Lucca, Newton.
II. Simão Filho, Adalberto. III. Lima, Cíntia Rosa Pereira de. IV. Maciel, Renata Mota

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Victor Guimarães Sylvio

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Anderson dos Santos Pinto

Imagem da capa

Placa-mãe, por Jan Vašek

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815;

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: quartierlatin@globo.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Palavras de Pórtico	17
---------------------------	----

PARTE I

PRINCÍPIOS, FUNDAMENTOS E CONCEITOS RELACIONADOS AO SISTEMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. A Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018: a Disciplina Normativa que Faltava, 21

NEWTON DE LUCCA E RENATA MOTA MACIEL

I. Considerações introdutórias: a discussão sobre a expressão proteção de dados e o enquadramento jurídico da matéria	21
II. Modelos Europeu e Estadunidense de Proteção de Dados: Possíveis Lições para o Brasil?	29
III. A necessidade de uma nova disciplina normativa	39
IV. Os avanços e os retrocessos	40
Referências bibliográficas	48

2. A Anonimização de Dados Pessoais: Consequências Jurídicas do Processo de Reversão, a Importância da Entropia e sua Tutela à Luz da Lei Geral de Proteção de Dados, 51

GUILHERME MAGALHÃES MARTINS E JOSÉ LUIZ DE MOURA FALEIROS JÚNIOR

Introdução	51
1. O direito fundamental à proteção de dados pessoais	53
1.1. Considerações sobre a privacidade	55
1.2. A tutela jurídica dos dados pessoais na Lei Geral de Proteção de Dados	57
1.2.1. Dados pessoais e dados pessoais sensíveis	59
1.2.2. Dados anonimizados	60
2. A anonimização de dados pessoais e suas consequências jurídicas	61
2.1. Confiabilidade e higidez dos processos de anonimização	62
2.2. A reversão (ou reidentificação) da anonimização e seus riscos	64
2.3. <i>Privacy by design</i> e razoabilidade na aferição dos processos de anonimização	66
3. A experiência à luz de estudos comparados: a anonimização é teoricamente impossível?	69
3.1. Heurística computacional e dados coletados de fontes públicas	70

3.2. <i>Accretion problem</i> e o filtro da razoabilidade.....	72
4. Entropia como nova fronteira para a segurança jurídica dos processos de anonimização	73
Considerações finais.....	76
Referências Bibliográficas	78

3. A Privacidade e o Consentimento (Informado) em Face da Nova Lei de Proteção de Dados, 81

FABIO HENRIQUE PODESTÁ

1. A fragmentação do indivíduo em face da convergência tecnológica.....	81
2. A releitura do conceito do direito à privacidade.....	92
3. Aspectos sobre o consentimento na nova Lei de Proteção de Dados.....	97
Conclusão	101
Referências Bibliográficas	101

4. Proteção de Dados Pessoais e o Princípio Democrático: A Erosão da Privacidade e os Riscos à Deliberação Democrática, 105

RUBENS BEÇAK E JOÃO VICTOR ROZATTI LONGHI

Introdução.....	105
1. A deliberação democrática nas “Redes Antissociais” e o problema da polarização política na “República Dividida”	106
2. Acesso em massa de dados pessoais, personalização e a sofisticação da influência nos ambientes de deliberação: a poluição informacional	111
3. O Populismo digital como risco às liberdades democráticas.....	121
Conclusões.....	124
Referências bibliográficas	125

5. Considerações sobre a Proteção à Privacidade e aos Dados Pessoais em uma Sociedade Digital, 129

AUGUSTO TAVARES ROSA MARCACINI

Introdução.....	129
1. Os direitos da personalidade e o direito à privacidade.....	131
2. A privacidade atualmente	136
3. A formação e o tratamento de bases de dados, seu uso razoável, os excessos e riscos à privacidade.....	139
4. Breves considerações sobre a Lei nº 13.709/2018	143
Conclusões.....	144
Referências Bibliográficas	145

6. Mídias Digitais: Contributos ou Obstáculos para a Democracia no Brasil, 147

MARIA CRISTINA VIDOTTE BLANCO TÁRREGA E

ISABELLE MARIA CAMPOS VASCONCELOS CHEHAB

Introdução.....	147
1. Mídias digitais e democracia	148
2. A redefinição do espaço democrático na Internet em razão da reestruturação das esferas pública e privada	157
Considerações finais.....	161
Referências bibliográficas	162

PARTE II

DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS

7. Regime Jurídico do Banco de Dados - Função Econômica e Reflexos na Monetização, 167

ADALBERTO SIMÃO FILHO

Introdução.....	167
1. Natureza jurídica do banco de dados.....	169
2. Regime de tratamento e instrumentalização do banco de dados.....	174
1.1. O banco de dados e a sua titularização	175
1.2. O tratamento dos dados e a proteção da privacidade	176
2.3. Aspectos relevantes do consentimento	178
2.4. Demais aspectos autorizatórios do tratamento de dados	179
2.5. O tratamento de dados pelo poder público.....	183
2. Função econômica. Possibilidade valorativa e de monetização do banco de dados.....	186
3. Governança de dados e a avaliação de impactos na sua coleta.....	189
3.1. Relatório de impacto à proteção de dados pessoais	190
3.2. Banco de dados como ativo tóxico	193
3.3. Sistema protetivo do banco de dados em face da inovação tecnológica. Transformando a externalidade negativa em positiva.....	196
Considerações finais.....	198
Referências bibliográficas	201

8. A Proteção de Dados Pessoais de Saúde nos Meios Digitais como Instrumento de Defesa da Dignidade da Pessoa Humana, 205

QUEILA ROCHA CARMONA DOS SANTOS E MARCELO BENACCHIO

Introdução.....	205
1. As sementes da era digital e o encontro com o desenvolvimento tecnológico atual.....	206
2. Era digital e aproximação com as bases da vida humana.....	210
3. O reflexo do princípio da dignidade da pessoa humana na proteção de dados pessoais nos meios digitais	215
Conclusão	222
Referências Bibliográficas	223

9. A Lei Geral de Proteção aos Dados Pessoais e as Investigações Internas das Empresas, 225

FÁBIO ULHOA COELHO E MIRELLE BITTENCOURT LOTUFO

Introdução.....	225
1. Panorama geral da LGPD	226
2. As investigações internas das empresas: um paralelo com os deveres dos administradores e os direitos dos sócios e acionistas	230
3. As investigações internas e o tratamento de dados pessoais.....	235
Referências bibliográficas	238

10. Abrindo a “Caixa de Ferramentas” da LGPD para dar Vida ao Conceito ainda Elusivo de *Privacy by Design*, 239

BRUNO RICARDO BIONI

Introdução.....	239
1. Teoria da Regulação e Proteção de Dados Pessoais: de onde partimos, onde estamos e onde podemos chegar com <i>Privacy by Design</i> ?.....	240
1.1. De onde partimos: a “velha” interconexão entre direito e tecnologia para modificar comportamentos	240
1.2. Onde estamos: + assimetria de informação e normatização do conceito de <i>Privacy by Design</i>	242
1.2.1. Exemplos do aprofundamento da assimetria de informação: fricção na espinha dorsal das leis de proteção de dados	244
1.2.1.1. Dado Pessoal versus Dano Anonimizado	244
1.2.1.2 Bases Legais: Consentimento versus Legítimo Interesse	246

1.3. Onde podemos chegar: enxergando privacy by design pelas lentes da meta-regulação e como saldo da caixa de ferramentas da LGPD.....	248
1.3.1. Estreitando um diálogo entre Bennett, Raab e Lee Bygrave.....	251
1.3.1.1. Abrindo a caixa de ferramentas e usando os instrumentos de forma integrada da governança de privacidade	251
1.3.1.2. Usando as ferramentas para conversas regulatórias e para ativar o conceito de Privacy by Design	253
1.3.1.3. Incentivos econômicos na direção da formatação de um mercado de PETs: accountability como instrumento de calibração de penalidades.....	255
Conclusão: perspectivas e desafios da realidade brasileira	256
Referências bibliográficas	258

11. A Infância Conectada: a Proteção de Dados Pessoais de Crianças e Adolescentes em Perspectiva Comparada entre a União Europeia e o Brasil, 261

ROSANE LEAL DA SILVA

Introdução.....	261
1. Dos brinquedos inteligentes às interações virtuais: as pegadas digitais de crianças e adolescentes	262
2. É possível proteger os dados pessoais da Geração Z? As (in)suficiências da proteção integral entre um click e outro	268
3. A proteção de dados pessoais de crianças e adolescentes internautas: da experiência europeia à Lei brasileira nº 13.709/2018	274
Considerações finais (e sempre provisórias).....	283
Referências bibliográficas	284

12. Herança Digital: Barreiras e Possíveis Soluções, 287

SILVANO JOSÉ GOMES FLUMIGNAN E WÉVERTTON GABRIEL GOMES FLUMIGNAN

Introdução.....	287
1. Patrimônio e herança digital.....	288
2. O cenário atual da herança digital no Brasil.....	291
3. Obstáculos e possíveis soluções para a destinação da herança digital..	295
Conclusão	299
Referências bibliográficas	300

13. Introdução ao Legítimo Interesse, 303

FERNANDA SIMPLICIO MAIA

Introdução.....	303
1. Legítimo Interesse.....	304
2. Exemplo da aplicação do legítimo interesse na mídia programática.....	313
Conclusão	315
Referências Bibliográficas	316

14. Principais Bases Legais de Tratamento de Dados Pessoais no Setor Privado, 317

MARCEL LEONARDI

Introdução: conceitos relevantes	317
1. Principais bases legais para tratamento de dados pessoais no setor privado.....	320
1.1. Consentimento.....	321
1.2. Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador	322
1.3. Execução de contrato ou de procedimentos preliminares	323
1.4. Legítimo interesse.....	324
1.5. Proteção do crédito.....	330
Considerações finais.....	331
Referências bibliográficas	331

15. A Sistematização de Dados e Informações em Saúde em um Contexto de Big Data e Blockchain, 333

MÁRCIA SANTANA FERNANDES E JOSÉ ROBERTO GOLDIM

Introdução.....	333
Contexto: dados e informações pessoais na área da saúde em um contexto de Big Data e blockchain	334
1. A necessidade da sistematização de dados e informações na área da saúde	339
2. Prontuários eletrônicos e compartilhamento de dados em saúde e pesquisa com seres humanos	345
2.1. Prontuário eletrônico e sua regulação na União Europeia e nos Estados Unidos	348
2.2. Prontuário eletrônico e sua regulação no Brasil	350
3. A privacidade e os dados e informações pessoais	351
Considerações finais.....	357
Referências bibliográficas	357

PARTE III

RESPONSABILIDADE E SANÇÕES

16. Direito Digital e Legitimação Passiva nas Ações de Remoção de Conteúdo e Responsabilidade Civil, 363

FERNANDO DA FONSECA GAJARDONI E RICARDO MAFFEIS MARTINS

Introdução.....	363
I. As mudanças advindas do Marco Civil da Internet	366
II. A preocupação com o sigilo de dados.....	368
III. Legitimação passiva nas ações de remoção de conteúdo e responsabilidade civil	371
Conclusões	377
Referências bibliográficas	379

17. A Tutela Coletiva em Proteção de Dados Pessoais: Tendências e Desafios, 381

RAFAEL A. F. ZANATTA E MICHEL R. O. SOUZA

Introdução.....	381
1. A superação do modelo individualista na proteção de dados pessoais	383
1.1. O fracasso do modelo contratualista na teoria da privacidade e a análise contextual	384
1.2. A teoria do “group privacy” e a tentativa de superação do atomismo metodológico	389
1.3. A coletivização da proteção de dados pessoais: retorno dos interesses difusos.....	394
2. A tutela coletiva na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	399
2.1. A “tutelabilidade” dos direitos difusos: breve histórico	399
2.2. A experiência recente de representação de interesses difusos para a defesa de direitos	401
2.2.1. A atuação da Secretaria Nacional do Consumidor	401
2.2.2. A atuação do MPDFT, MP’s Estaduais e do MPF	404
2.2.3. Litígios estratégicos pelas ONGs	408
3. A arquitetura de tutela coletiva na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	410
Conclusão	412
Referências bibliográficas	413

PARTE IV
ATUAÇÃO DO ÓRGÃO INDEPENDENTE E CIRCULAÇÃO
TRANSFRONTEIRIÇA DE DADOS PESSOAIS

18. Desafios para a Atuação Independente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais Brasileira à Luz das Exigências Internacionais para a Adequada Proteção dos Dados Pessoais, 419

CÍNTIA ROSA PEREIRA DE LIMA E KELVIN PEROLI

Introdução.....	419
1. As razões à independência de uma autoridade garante	421
2. Reflexões sobre regulação, correção e autorregulação e a proteção dos dados pessoais.....	423
3. Atribuições do órgão independente à proteção dos dados pessoais....	426
4. A influência da Convenção de Estrasburgo em alguns países e seus respectivos órgãos independentes.....	435
5. O órgão independente preconizado na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais do Brasil.....	438
Conclusões.....	442
Referências bibliográficas	443

19. A Saga da Autoridade Nacional de Proteção de Dados: do veto à Lei nº 13.853/2019, 447

ROBERTO AUGUSTO CASTELLANOS PFEIFFER

I. Introdução.....	447
II. A supressão da lacuna: Lei nº 13.709/2018 (LGPD)	449
III. Os vetos à LGPD e os riscos à sua efetividade	450
IV. A Medida Provisória nº 869/2018.....	450
V. O paradigma internacional: autonomia das autoridades de proteção de dados na União Europeia	451
VI. A Lei nº 13.853/2019	454
VI.1. A (re)criação da ANPD	454
VI.2. As atribuições da ANPD	460
VI.3. A estrutura da ANPD	467
VII. Conclusão	468
VIII. Referências bibliográficas.....	469

20. Rumo à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, 471

DANILO DONEDA

1. Autoridade de Garantia	474
2. Independência, autonomia e atributos.....	476
3. Formação e características da ANPD	480
Referências bibliográficas	482

21. Proteção de Dados Pessoais no Brasil: Antinomias Internas e Aspectos Internacionais, 483

LEONARDO PARENTONI E HENRIQUE CUNHA SOUZA LIMA

1. Introdução	483
2. Um Conto Incompleto: Breve Histórico da Recente Regulamentação da Internet no Brasil.....	485
3. Antinomias entre o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados.....	491
4. Aspectos Internacionais: LGPD brasileira v. GDPR	502
Conclusão	506
Referências – Fontes Bibliográficas	507

22. A Economia da Privacidade: Fundamentos Econômicos e Aspectos Regulatórios da Proteção de Dados, 513

GABRIEL LOCHAGIN E EMANUELE PEZATI

Introdução.....	513
1. A privacidade como objeto da análise econômica.....	515
2. A Escola de Chicago e os argumentos de vantagens da desregulação	519
3. Críticas à visão da Escola de Chicago	524
4. Implicações da visão da Escola de Chicago para as políticas públicas da privacidade.....	526
Conclusões.....	530
Referências bibliográficas	531

PARTE V

A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS EM OUTROS PAÍSES

23. A Proteção de Dados Pessoais na Legislação Argentina, 535

RICARDO LUIS LORENZETTI

1. A proteção de dados pela Lei 25.326/2000	536
Referências Bibliográficas	542

24. El Tratamiento de Datos Personales en los Menores y los Adolescentes en el Nuevo Reglamento Europeo y en la Nueva Ley de Protección de Datos de España, 543

SALVADOR MORALES FERRER

Introducción	543
1. El tratamiento jurídico de la Protección de los menores y adolescentes en España	544
2. La capacidad de los menores y los adolescentes a su libre disposición de datos en España	545
3. La aplicación de la edad de los menores y adolescentes en los Estados miembros de la Unión Europea	546
4. Los menores de edad que precisan del consentimiento paterno, del tutor o curador en el Reglamento de Protección de Datos Europeo y, la Protección de Datos Española	548
5. Los mecanismos para la obtención del consentimiento paterno en los menores	549
5.1. El sistema de verificación del consentimiento paterno en los menores	551
6. La difusión de imágenes de los menores en las redes sociales en la legislación española y sus consecuencias	552
7. La influencia en el sistema educativo de los menores en las redes sociales en la nueva Ley Española de Protección de Datos	553
8. El tratamiento de los menores tras su fallecimiento en la Ley de Protección de Datos en España.....	554
9. La toma de decisiones sobre el perfil de los menores o adolescentes	555
10. Los adolescentes que no necesitan consentimiento en el Reglamento de la Protección de Datos Europea	555
11. El tratamiento de los datos de los menores y los adolescentes en el Reglamento de protección de Datos Europeo.....	555
11.1. El tratamiento de datos de los menores en la Ley Orgánica de Protección de Datos Europea respecto al Reglamento Europeo.....	558
12. El derecho al olvido en los menores y adolescentes en El Reglamento Europeo	559

12.1. Derecho al olvido de los menores y adolescentes en la nueva ley de Protección de Datos en España.....	560
13. Derecho a oposición y supresión en las redes sociales de los menores y los adolescentes en el Reglamento Europeo	561
Conclusiones.....	562
Bibliografía	563

25. Uruguay y la Protección de Datos Personales, 565

ANA BRIAN NOUGRÈRES

1. Régimen constitucional para la protección de los datos personales.....	565
2. Hitos hacia la transformación	566
3. La ley uruguaya de protección de datos personales	568
4. Reconocimiento internacional de sistema uruguayo de protección de datos.....	577
5. Estado actual de la protección de datos: Uruguay frente al GDPR	579
Bibliografía	584

26. Implementation of the Personal Data Protection Reform in Poland – Selected Problematic Issues, 585

JAKUB GOERICK

Introduction	585
1. Interpretation of legal regulations.....	587
2. Relationships between data controllers.....	588
3. Obligation to provide information	589
4. Fear of high penalties.....	590
5. Apparent protection of personal data.....	591
Conclusion	592
References.....	592

27. Droit et Circulation des Données sur Internet: Plaidoyer pour un Double Renouvellement des Approches, 595

JEAN-SYLVESTRE BERGÉ

Introduction	595
1. La circulation des données au sein d'une sphère qui lui est propre	595
1.1. Le phénomène « nouvel espace »	596
1.2. Les nouveaux rapports aux territoires	599
2. La circulation des données comme phénomène de masse.....	602

2.1. Caractéristiques intrinsèques des masses de données: une circulation des données d'une grande ampleur et une perte de contrôle des acteurs.....	602
2.2. Masses des données et biens communs	604
2.3. Masses de données et risques communs	606
Références	608

28. Direito e Circulação de Dados na Internet: Apelo por uma Dupla Renovação das Abordagens, 611

JEAN-SYLVESTRE BERGÉ

TRADUÇÃO DE NEWTON DE LUCCA E KELVIN PEROLI

Introdução.....	611
1. A circulação de dados no âmbito de sua própria esfera.....	611
1.1. O fenômeno do "novo espaço"	612
1.2. As novas relações territoriais	615
2. A circulação de dados como fenômeno de massa.....	618
2.1. Características intrínsecas das massas de dados: ampla circulação dos dados e a perda de controle dos agentes	618
2.2. Massas de dados e bens comuns	621
2.3. Massas de dados e riscos comuns	623
Referências bibliográficas	625

29. A Proteção de Dados Pessoais e o Impacto nas Transferências Internacionais, 629

CRISTINA CALDEIRA

Introdução.....	629
1. A base jurídica do direito derivado da proteção de dados pessoais.....	630
2. O RGPD como instrumento paradigmático e unificador da proteção de dados pessoais	634
3. A regulação ao serviço da segurança dos dados	635
4. Uma abordagem geral sobre transferências internacionais de dados pessoais	638
5. Transferências de dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais.....	642
6. As transferências com base numa decisão de adequação após o Acórdão Schrems	647
6.1. Instrumentos alternativos	648
Notas finais	649
Referências bibliográficas	651